

# RESENHA: MATERIALIDADE E IMATERIALIDADE NO PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO

BRASIL E ITÁLIA EM DIÁLOGO

VIEIRA-DE ARAÚJO, NATÁLIA MIRANDA. RECIFE:  
EDITORA UFPE, 2022.

**CRISTIANE SOUZA GONÇALVES**, UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE,  
SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL

Arquiteta e urbanista (Universidade Federal do Espírito Santo), especialista em Patrimônio  
Arquitetônico: Teoria e Projeto pela PUC-Campinas, mestre e doutora em Teoria e  
História da Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de  
São Paulo. Pós-doutora em História pela Universidade Federal de São Paulo. É professora  
da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e  
diretora da Cambota.

E-mail [crisgon.arq@gmail.com](mailto:crisgon.arq@gmail.com)

**DOI**

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v18i35p232-238>

**RECEBIDO**

12/04/2023

**APROVADO**

15/05/2023

## **RESENHA**

### **MATERIALIDADE E IMATERIALIDADE NO PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO: BRASIL E ITÁLIA EM DIÁLOGO.**

**VIEIRA-DE ARAÚJO, NATÁLIA MIRANDA. RECIFE:  
EDITORA UFPE, 2022**

CRISTIANE SOUZA GONÇALVES

Os anos recentes foram duramente vividos em razão da pandemia mundial provocada pelo coronavírus, e seus efeitos foram sentidos de múltiplas formas e em amplos aspectos da vida. O livro da professora e pesquisadora Natália Miranda Vieira-de-Araújo, que tem origem em seu estágio pós-doutoral realizado na Sapienza Università di Roma, sob a supervisão do Prof. Giovanni Carbonara, e em sua respectiva pesquisa, sob a tutoria do Prof. Claudio Varagnoli, da Università “G. d’Annunzio” di Chieti-Pescara, acabou coincidindo parcialmente com o período de restrições impostas pelo avanço da onda de infecções e, sem que se tivesse planejado, é resultado desse momento singular. A autora, ao experimentar “na própria pele” o atravessamento que as medidas sanitárias tiveram sobre a produção científica em nível mundial – e que o vivenciou no retorno apressado ao Brasil e, entre outras dificuldades, nas restrições de acesso aos arquivos, bibliotecas e às próprias obras em

análise<sup>1</sup> –, escolheu não ignorar os impactos negativos do período e, sim, transformá-los em insumos para uma elaboração ainda mais profunda e madura sobre a real e frágil condição de conservação de nosso patrimônio construído.

Intitulada *Materialidade e imaterialidade no patrimônio construído: Brasil e Itália em diálogo*, a publicação traz reforços importantes ao debate acerca do entrelaçamento entre os aspectos tangíveis e intangíveis dos bens culturais edificados que, de modos diferentes, se fazem presentes na prática institucional de ambos os países. Apesar dos inúmeros avanços, e, talvez, especialmente no nosso caso, a complexa realidade das operações de preservação é confrontada com peças legais e departamentos técnicos bastante especializados, porém desconectados entre si e, portanto, distantes de uma desejável e necessária integração operativa e conceitual. O porquê da escolha dos ambientes italiano e brasileiro em justaposição pode ser sintetizado na pergunta de abertura do professor Varagnoli, um imprescindível interlocutor nessa ponte dialógica interoceânica: “o que dois países, diferentes em tudo, mas ligados por uma empatia estranha e nem sempre explicável, podem descobrir em si próprios, utilizando o outro como verificação e reflexão de suas próprias crenças?”<sup>2</sup>.

A resposta é cuidadosamente costurada em cinco capítulos, precedidos pelas ilustres apresentações de Giovanni Carbonara e do próprio Varagnoli. O olhar sobre a preservação na Itália e no Brasil se apoia na ampla experiência da pesquisadora no campo do patrimônio cultural e no ensino de teoria e projeto de intervenção<sup>3</sup>, brindando-nos com “leituras agudas” das obras estudadas, reiterando as palavras de Varagnoli. O título já antecipa os temas imprescindíveis para o debate da restauração e da reconstrução na contemporaneidade: a indissociabilidade entre os âmbitos material e imaterial dos

1. Realização prevista de entrevistas aos moradores de Nápoles, na localidade de Pozzuoli, e a visita ao Studio Gnosis, escritório que elaborou o último projeto analisado, também foram cancelados em razão da emergência sanitária. Cf. Vieira-de-Araújo, 2022, p. 277.

2. Claudio Varagnoli *apud* Vieira-de-Araújo, *op cit.*, p. 22.

3. Professora Associada do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e, desde 2017, professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE (MDU), no qual, hoje, atua como coordenadora de curso. É também professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Membro do Icomos Brasil (Comitês Científicos de Teoria e Ensino) e coordenadora do Núcleo Pernambuco. É ainda representante da UFPE no Conselho de Preservação de Olinda e coordenadora da Comissão de Patrimônio Cultural do IAB-PE.

bens edificados, colocados em xeque sob a lente de concretas intervenções; e as questões teórico-metodológicas intrínsecas ao campo disciplinar e que estão delineadas nas diversas abordagens projetuais que se apresentam na trajetória da preservação patrimonial nos dois ambientes culturais.

Na introdução, são justificadas as escolhas e lançadas algumas das cruciais perguntas que o texto nos convoca a refletir: estaria se repetindo às avessas o “erro cometido em tempos passados com a excessiva atenção aos aspectos materiais”, atualizado (entre muitas aspas) “ao se destacar a imaterialidade (...) de maneira quase dissociada do suporte material”? Como então “avançar em direção ao almejado tratamento simbiótico entre a materialidade e a imaterialidade na preservação do patrimônio cultural construído”? E, entre tantas categorias e posturas teórico-conceituais, com que critérios podemos avaliar se uma intervenção foi ou não respeitosa em relação à preexistência? Por fim, e não menos importante, Vieira-de-Araújo nos questiona se, ao abandonarmos a discussão do *como* intervir por receio de um viés exclusivamente formalista, não estaríamos prestando um desserviço à criteriosa avaliação do: *o que? para que? e para quem?* preservamos<sup>4</sup>.

Um amplo panorama conceitual, acadêmico e institucional no Brasil é, então, descortinado no primeiro capítulo e, de Ouro Preto a Salvador, de Olinda a Vila Flor, visitamos alguns exemplos emblemáticos de restaurações acompanhados de análises críticas em cada uma das decisões projetuais. Iniciando pela criação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a autora recupera as discussões em torno da seleção e dos tombamentos dos primeiros sítios urbanos e os critérios de autenticidade e integridade contidos na visão idealizada do passado, calcados na valorização de uma (mais desejada que real) uniformidade dos aspectos estilísticos e expressos em ações de preservação que privilegiavam o aspecto formal dos bens tombados, ou seja, na visão desses núcleos, mais como obras de arte do que como documentos das inevitáveis transformações decorrentes do transcurso do tempo. Comenta, nesse bloco, algumas intervenções famosas, tais como o antigo Liceu de Artes e Ofícios, transformado em Cine Vila Rica a partir do *croquis* e da anuência de Lucio

4. Vieira-de-Araújo, *op cit.*, p. 66-70.

Costa, e a restauração da Sé de Olinda, uma verdadeira aula sobre a permanência do *modus operandi* do órgão criado nos anos 1930. Após apresentar como se deu a estruturação da formação especializada no Brasil, a partir de 1974, o foco se volta novamente para a análise de intervenções, dessa vez, sobre ruínas, como o Complexo do Santuário do Caraça, em Minas Gerais, e o Parque das Ruínas, no Rio de Janeiro, entre outras que se tornaram paradigmáticas e marcaram etapas de um percurso de amadurecimento e consolidação de posturas em solo nacional. Sem incorrer no erro de apontar caminhos dogmáticos, a reflexão profunda que faz Natália Vieira-de-Araújo sobre os parâmetros conceituais, objetivos e subjetivos que permeiam a experiência brasileira nos leva a concordar com sua constatação de que estar atento ao âmbito intangível do patrimônio material não pode significar esquecer a dimensão projetual. Afinal, conclui: “devemos trabalhar por uma abordagem que trate, de fato, materialidade e imaterialidade como os dois lados de uma mesma moeda”<sup>5</sup>. Por isso, ao ponderar sobre a frequente opção brasileira pela solução reconstrutiva, “muitas vezes (...) apresentada como saída para atender ao valor simbólico”<sup>6</sup>, nos propõe encarar de frente o dilema posto entre recuperar o irrecuperável em meio a escassas provas documentais de estados anteriores ou criar o que faz sentido na contemporaneidade sem escolher o rápido atalho do simples apagamento da materialidade, visando alcançar uma ação de preservação que integre, cada vez mais, diferentes subjetividades e perspectivas.

No segundo capítulo, a autora discute o alargamento da noção de patrimônio cultural e como isto se refletiu no aparecimento das legislações específicas sobre o patrimônio imaterial em sua relação dialética com os aspectos materiais, em territórios brasileiro e italiano. Longe das obviedades, as argumentações vão muito além de apenas cotejar descritivamente os dois contextos culturais, ao contrário, encontram profundidade analítica quando revelam as incoerências que perpassam os diversos casos abordados no amplo arco temporal estudado. No capítulo três, o debate enfrenta temas caros à autora, também aqui colocados com sólido embasamento científico: a discussão do *como* preservar, o papel

5. *Idem ibidem*, p. 122-123.

6. *Idem ibidem*, p. 212.

atual reservado aos arquitetos frente à premissa da interdisciplinaridade e a “noção de escala” – termo encontrado pela autora para designar o sentido de “gradação” nas tendências teóricas contemporâneas, que podem “ir do extremo da ‘justaposição’ até o extremo oposto da ‘uniformidade’, (...) ou da ‘autonomia dissonante’ à ‘assimilação/consonância’”<sup>7</sup>.

Depois desse robusto preparo, ninguém pode se dizer sem fôlego para percorrer as próximas páginas. É nelas que se desenrola a discussão sobre as intervenções italianas recentes. No quarto capítulo, a autora elege novamente as ruínas como foco de sua abordagem e justifica a escolha pela força das relações que ali são travadas entre a permanência material e o valor simbólico. Ao lembrar a dimensão pedagógica de sua preservação, ela chama a atenção para o entendimento contemporâneo de que “as ruínas são e devem, sim, ser objeto de ação de restauro que trabalha a dimensão simbólica, evocativa e a capacidade de fruição destas no tempo presente”<sup>8</sup>. Convidados, então, por esta cuidadosa guia, a nos indicar o caminho das pedras, invadimos ambientes em transformação para descobrir muito mais que uma aparente dissolução: passo após passo, descortinam-se possibilidades de paisagens recriadas e a surpresa dos novos materiais em interessante contraponto às opacas texturas dos antigos vestígios arqueológicos preservados. Nesse tópico, seis intervenções são analisadas: o Templo de Apolo, em Veio, região metropolitana de Roma, onde Franco Ceschi realizou, em 1992, uma reconstituição volumétrica evocativa do antigo santuário; o Parque Arqueológico da Basílica de Siponto, na Manfredônia, sítio escolhido pelo artista plástico Edoardo Tresoldi para a instalação “temporária” idealizada em 2015; a Crypta Balbi, na área central de Roma, onde o desafio de Ceschi foi trabalhar o percurso museográfico ao expor os fragmentos e as diversas camadas de temporalidades, insinuando as formas do antigo teatro romano sem pretender recompô-lo; a horta da Basílica São Paulo Extramuros (*San Paolo Fuori le Mura*), em Roma, com o papel importante da iluminação na intervenção sobre os vestígios arqueológicos; as ruínas do Palazzo Valentini e das Termas de Caracalla, ambas também na capital italiana, colocando em pauta o uso de ferramentas digitais na preservação do patrimônio.

7. *Idem ibidem*, p. 197-198.

8. Vieira-de-Araújo, *op cit.*, p. 211.

A sétima intervenção é apresentada no quinto e último capítulo: o restauro do *Duomo di Pozzuoli*, realizado pela equipe dirigida por Marco Dezzi Bardeschi, vencedor do concurso público organizado pela Regione Campania. Novamente, as indagações da autora são feitas a partir de uma experiência concreta recente, que baliza algumas de suas considerações finais ou, como a própria esclarece, mais como “um convite à reflexão” do que como conclusão definitiva, sem deixar escapar, no âmago dos atuais desafios, a questão intersubjetiva: “a urgência de se colocar as pessoas no centro de qualquer ação de intervenção”<sup>9</sup>. Em sintonia com essa percepção, o texto prima pelo rigor técnico sem ser “despersonalizado”, sendo sempre pontuado por farta documentação visual que nos ajuda a refazer os percursos vivenciados pela autora, viabilizando a fruição da nossa experiência. Depois de visitar os espaços redesenhados, sob a luz de sua leitura precisa, não saímos os mesmos. Ainda que desprovidos da dimensão física da visita às obras, é possível anuir com sua constatação de que, ao mesmo tempo que a materialidade dos objetos se altera, em progressiva evanescência, é na condição de ruínas que a ausência da matéria pode ser (re)qualificada por meio de ações efetivas. Estas, quando criteriosas, terão como primeira tarefa evocar o juízo crítico necessário para estabelecer uma nova totalidade, cuja prioridade deve ser a de não apagar a experiência do tempo e a beleza que reside na “finitude das coisas humanas”<sup>10</sup>. Usando as palavras do poeta Carlos Drummond de Andrade, evocadas pela autora logo nas primeiras páginas, a inegável “concretitude das coisas” depende da matéria tanto quanto dos nossos sentidos que a elas dão significação.

## REFERÊNCIA

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. *Materialidade e imaterialidade no patrimônio construído*: Brasil e Itália em diálogo. Recife: Editora UFPE, 2022.



9. *Idem ibidem*, p. 273.

10. Adriana Serrão *apud* Vieira-de-Araújo, *op cit.*, p. 208.